

Usina São Francisco S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de março de 2023 e 2022**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	5
Balancos patrimoniais	8
Demonstrações de resultados	9
Demonstrações dos resultados abrangentes	10
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	11
Demonstrações dos fluxos de caixa	12
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras	13

Relatório da Administração

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a administração da Usina São Francisco S/A, submete à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras que compreendem o balanço patrimonial e as demonstrações de resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa da Usina São Francisco S.A., relativos ao exercício findo em 31 de março de 2023, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e acompanhadas do parecer dos auditores independentes.

Contexto Macroeconômico

O exercício findo em 31 de março de 2023 foi caracterizado por um período de redução do PIB, porém acompanhada de uma valorização cambial, ainda que moderada. Tivemos ainda que conviver no exercício encerrado em 2023 com um aumento na taxa de juros, moderado aumento ao crédito, porém em um ambiente de grandes incertezas em relação a perspectivas econômicas, especialmente com a manutenção da guerra entre Rússia e Ucrânia e as eleições presidenciais.

Contexto da Sociedade

Todo o setor sucroenergético tem sido afetado, nos últimos anos, por impactos climáticos, aumento no preço dos insumos agrícolas e industriais.

Neste exercício tivemos uma redução de 4,03% na moagem de cana-de-açúcar e consequentemente redução de 8,99% na produção industrial, em relação ao exercício anterior. Porém, em contrapartida, tivemos um expressivo aumento no preço do açúcar convencional e de sustentação dos preços de produtos orgânicos, que se traduziram em um resultado consistente e de manutenção em relação ao exercício anterior, gerando valor para os acionistas da Usina São Francisco S.A.

Em relação aos outros negócios, a estratégia de diversificação e agregação de valor contribuiu para o resultado apresentado. A Native, segmento de produtos orgânicos da Usina São Francisco, continuou sua trajetória de crescimento e a expansão de sua linha de produtos solidificando-se como a marca de referência no mercado de produtos orgânicos no Brasil. Tanto no mercado interno quanto externo, se manteve consistente em relação ao exercício anterior. Apesar do ambiente econômico desafiador, podemos destacar a produção e comercialização de etanol orgânico neutro e energia elétrica, que contribuíram para o resultado da estratégia de diversificação.

Continuamos ainda com os projetos de desenvolvimento imobiliário, e em relação aos Projetos Jardim Veneto e Vila Sicília, ambos no Município de Sertãozinho-SP, já foram comercializados mais 95% dos lotes existentes. Estamos ainda avaliando outras oportunidades e estudos de novos projetos na região.

Outra informação relevante é que durante a safra 22/23, mantivemos a comercialização dos certificados de descarbonização (CBIOS), através da Cooperativa dos Produtores de Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo, registrando o valor negociado como receita líquida.

Em relação a política de distribuição de dividendos e investimentos da Companhia e suas coligadas, todas as decisões são deliberadas em assembleias de acionistas após apresentação dos planos de investimentos e posição patrimonial e financeira.

Importante destacar que mantivemos todos nossos programas de treinamento e desenvolvimento dos nossos colaboradores, tanto de cunho técnico como comportamental, além de manter nossa política de doações a entidades beneficentes e culturais da região.

Nosso histórico de cumprimento de acordos (mesmo em momentos de crise) e nossa transparência nas relações, aliados à forte gestão da carteira, com contínuo monitoramento financeiro, tem possibilitado a Usina São Francisco S/A acessar linhas de crédito junto as maiores instituições financeiras do país, as quais vêm mantendo posições e operações importantes e de longo, com taxas de juros competitivos em relação às praticadas no mercado, aliados à redução do endividamento líquido.

Embora as projeções mundiais de produção de matéria prima e de produtos acabados para a safra 23/24 sejam de pequena recuperação, estamos confiantes na manutenção dos preços dos nossos produtos e na eficiência da nossa capacidade de gestão operacional para esta nova safra.

Enfim, é com este espírito de buscar continuamente melhorias e com uma visão de longo prazo, que superamos os vários desafios encontrados na safra 22/23 e acreditamos estar melhor preparados para enfrentar as futuras safras mesmo no atual contexto econômico e mercadológico.

Aproveitamos para agradecer aos fornecedores pela confiança; aos clientes pela preferência; aos colaboradores pelo empenho, dedicação e talento; e às instituições financeiras e aos acionistas pelo apoio e confiança.

Sertãozinho, 29 de junho de 2023.

Administração



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Avenida Presidente Vargas, 2.121
Salas 1401 a 1405, 1409 e 1410 - Jardim América
Edifício Times Square Business
14020-260 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Caixa Postal 457 - CEP 14001-970 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Telefone +55 (16) 3323-6650
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da

Usina São Francisco S.A.

Sertãozinho – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Usina São Francisco S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Usina São Francisco S.A. em 31 de março de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior

Os balanços patrimoniais em 31 de março de 2022 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas para o exercício findo nessa data, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações financeiras do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado em 30 de junho de

2022, sem modificação.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e

respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis da administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto, 29 de junho de 2023

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027666/O-5 F SP



Gustavo de Souza Matthiesen
Contador CRC SP-293539/O-8

Usina São Francisco S.A.

Balancos patrimoniais 31 de março de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	31/03/2023	31/03/2022	Passivo e patrimônio líquido	Nota	31/03/2023	31/03/2022
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	130.581	208.120	Fornecedores	19	43.370	47.467
Títulos de capitalização		598	600	Empréstimos e financiamentos	20	63.814	82.003
Contas a receber - Clientes	7	64.197	63.059	Passivo de arrendamento	21	15.032	15.141
Contas a receber - Cooperativa	8	14.653	19.438	Instrumentos financeiros derivativos	24	2.826	2.877
Estoques	9	95.034	95.863	Impostos e contribuições a recolher		4.733	5.006
Ativo biológico	10	48.310	31.500	Imposto de renda e contribuição social a recolher		933	1.080
Adiantamentos a fornecedores	11	35.932	24.372	Salários e encargos sociais a pagar		17.288	15.575
Instrumentos financeiros derivativos	24	6.010	517	Demais passivos	22	13.749	11.152
Impostos a recuperar	12	30.479	27.500				
Demais ativos	13	763	2.754				
		<u>426.558</u>	<u>473.723</u>			<u>161.745</u>	<u>180.301</u>
Não circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo				Empréstimos e financiamentos			
Contas a receber - Cooperativa	8	18.526	14.356	Empréstimos e financiamentos	20	230.441	282.998
Impostos a recuperar	12	33.393	29.935	Financiamentos Cooperativa	20	14.521	14.571
Depósitos judiciais	14	65.382	45.262	Passivo de arrendamento	21	40.628	53.293
Demais ativos	13	21.477	20.103	Impostos e contribuições a recolher		1.115	1.115
		<u>138.778</u>	<u>109.656</u>	Demais passivos	22	27.617	26.800
				Imposto de renda e contribuição social diferidos	15	43.114	43.209
				Provisão para contingências	23	62.612	42.537
						<u>420.048</u>	<u>464.523</u>
Investimentos	17	293.240	241.828	Total do passivo		<u>581.793</u>	<u>644.824</u>
Imobilizado	18	289.898	282.784				
Intangível		323	122	Patrimônio líquido	26		
Direito de uso	21	61.828	74.136	Capital social		453.400	369.990
		<u>784.067</u>	<u>708.526</u>	Ações em tesouraria		(28.876)	(28.876)
				Reserva de lucros para aquisição de ações		87.735	50.358
				Reserva legal		24.461	20.331
				Reserva reflexa de investida		14.050	-
				Lucros a deliberar		78.062	125.622
						<u>628.832</u>	<u>537.425</u>
Total do ativo		<u>1.210.625</u>	<u>1.182.249</u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u>1.210.625</u>	<u>1.182.249</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Usina São Francisco S.A.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos 31 de março de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/03/2023	31/03/2022
Receitas	27	524.876	540.331
Custo dos produtos vendidos	28	(385.085)	(374.251)
Valor justo do ativo biológico	10	<u>(9.290)</u>	<u>(10.128)</u>
Lucro bruto		130.501	155.952
Receitas (despesas) operacionais			
Vendas	29	(70.276)	(62.698)
Administrativas e gerais	29	(28.767)	(27.456)
Outras receitas operacionais, líquidas	30	52.809	45.250
Resultado da equivalência patrimonial em controladas	17	<u>51.824</u>	<u>88.715</u>
Resultado antes do resultado financeiro e impostos		136.091	199.763
Receitas financeiras		17.489	9.684
Despesas financeiras		(55.659)	(54.669)
Variação cambial, líquida		<u>1.419</u>	<u>(1.143)</u>
Despesas financeiras e cambiais, líquidas	31	<u>(36.751)</u>	<u>(46.128)</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		99.340	153.635
Imposto de renda e contribuição social correntes		(16.830)	(20.296)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15	<u>95</u>	<u>(405)</u>
Lucro líquido do exercício		<u>82.605</u>	<u>132.934</u>
Quantidade de ações - em milhares		1.142	1.142
Lucro básico e diluído por ação - R\$		<u>72,33</u>	<u>116,40</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Usina São Francisco S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos 31 de março de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	31/03/2023	31/03/2022
Lucro líquido do exercício	82.605	132.934
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u>82.605</u>	<u>132.934</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Usina São Francisco S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos 31 de março de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Ações em tesouraria	Reserva de lucros			Lucros a deliberar	Lucros acumulados	Total
			Reserva de lucros para aquisição de ações	Reserva legal	Reserva reflexa de investida			
Saldos em 31 de março de 2021	287.216	(7.891)	21.499	13.684	-	113.333	-	427.841
Aumento de capital social (Nota 26)	82.774	-	-	-	-	(82.774)	-	-
Distribuição de dividendos (Nota 26)	-	-	-	-	-	(1.700)	-	(1.700)
Reserva para aquisição de ações de acionistas (Nota 26c)	-	-	28.859	-	-	(28.859)	-	-
Aquisição de ações de acionistas (Nota 22)	-	(20.985)	-	-	-	-	-	(20.985)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	132.934	132.934
Destinações:								
Reserva legal (Nota 26)	-	-	-	6.647	-	-	(6.647)	-
Dividendos obrigatórios (Nota 26)	-	-	-	-	-	-	(665)	(665)
A deliberar em Assembleia Geral	-	-	-	-	-	125.622	(125.622)	-
Saldos em 31 de março de 2022	369.990	(28.876)	50.358	20.331	-	125.622	-	537.425
Aumento de capital social (Nota 26)	83.410	-	-	-	-	(83.410)	-	-
Distribuição de dividendos (Nota 26)	-	-	-	-	-	(4.835)	-	(4.835)
Reserva para aquisição de ações de acionistas (Nota 26c)	-	-	37.377	-	-	(37.377)	-	-
Reserva reflexa de investida	-	-	-	-	14.050	-	-	14.050
Aquisição de ações de acionistas (Nota 22)	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	82.605	82.605
Destinações:								
Reserva legal (Nota 26)	-	-	-	4.130	-	-	(4.130)	-
Dividendos obrigatórios (Nota 26)	-	-	-	-	-	-	(413)	(413)
A deliberar em Assembleia Geral	-	-	-	-	-	78.062	(78.062)	-
Saldos em 31 de março de 2023	453.400	(28.876)	87.735	24.461	14.050	78.062	-	628.832

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Usina São Francisco S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos 31 de março de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/03/2023	31/03/2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro do exercício antes do imposto de renda e contribuição social		99.340	153.635
Ajustes para:			
Depreciação e amortização		88.487	69.255
Resultado na baixa de ativo imobilizado	30	(451)	(94)
Resultado da equivalência patrimonial	17	(51.824)	(88.715)
Mudança no valor justo de ativos biológicos	10	9.290	10.128
Diminuição do ativo biológico devido a colheita de cana-de-açúcar	10	31.500	52.062
Juros e variações cambiais provisionados	16	46.409	28.928
Provisão para contingências	23	20.075	13.487
Resultados com instrumentos financeiros derivativos	31	3.669	8.449
(Reversão) para perdas esperadas	7	-	(2.478)
Depreciação direito de uso de arrendamento	21	14.822	9.040
Receita de dividendos mensurados ao custo	30	(85)	(2.389)
Ganho por variação patrimonial de investida	30	(5.966)	(10.135)
Variação dos ativos e passivos			
Títulos de capitalização		2	-
Contas a receber		(744)	(3.353)
Estoques		2.483	(19.235)
Impostos a recuperar		(6.821)	(2.582)
Adiantamentos a fornecedores		(11.560)	(588)
Demais ativos		15.942	(1.409)
Depósitos judiciais		(20.120)	(14.145)
Instrumentos financeiros derivativos		(8.993)	(1.773)
Fornecedores		(4.092)	(20.578)
Impostos e contribuições a recolher		(15.677)	(9.012)
Salários e contribuições sociais		1.715	1.858
Demais passivos		<u>2.420</u>	<u>1.442</u>
Caixa gerado pelas atividades operacionais		209.820	171.799
Juros pagos ou recebidos	16	(35.760)	(21.799)
Imposto de renda e contribuição social pagos		<u>(1.189)</u>	<u>(9.406)</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>172.871</u>	<u>140.595</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de ativos biológicos	10	(57.600)	(41.628)
Aquisição de investimentos		(14.500)	(1.425)
Aquisição de intangível		(221)	(126)
Aquisição de ativo imobilizado	18	(95.660)	(86.503)
Valor recebido na alienação de ativo imobilizado	30	526	115
Recebimento de dividendos		<u>18.034</u>	<u>6.334</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		<u>(149.422)</u>	<u>(123.232)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Pagamento de arrendamento	16	(16.747)	(14.655)
Empréstimos e financiamentos bancários tomados	16	1.000	306.600
Pagamentos de empréstimos e financiamentos - principal	16	(78.146)	(191.146)
Pagamento de dividendos		(5.500)	(2.890)
Pagamento de ações de acionistas		<u>(1.595)</u>	<u>(3.115)</u>
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamentos		<u>(100.988)</u>	<u>94.794</u>
(Redução) aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		<u>(77.539)</u>	<u>112.155</u>
Demonstração da (redução) aumento do caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício		208.120	95.965
No fim do exercício	6	<u>130.581</u>	<u>208.120</u>
		<u>(77.539)</u>	<u>112.155</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

1.1 A Companhia

A Usina São Francisco S.A. (“Companhia”), com sede na Fazenda São Francisco – Zona Rural, cidade de Sertãozinho, Estado de São Paulo, Caixa Postal 537, tem como atividade as seguintes operações:

A Companhia é cooperada da Cooperativa dos Produtores de Cana-de-açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo, cujo ato cooperado entre as partes implica na entrega, imediata e definitiva, da produção de açúcar e etanol nos estabelecimentos da Cooperativa. O resultado da comercialização desses produtos, no mercado interno e externo, é rateado para cada cooperado, em conformidade com o disposto no Parecer Normativo CST n° 66, de 05 de setembro de 1986.

A Companhia atua também na produção de açúcar e etanol orgânico que são comercializados pela própria Companhia.

Aproximadamente 58% da cana-de-açúcar processada pela Companhia são cultivadas em terras próprias e de terceiros, mediante exploração de parceria agrícola.

1.2 Investidas

Usina Uberaba S.A.

A Companhia, com sede na Fazenda Uberaba, Rodovia Municipal 304, Km 2,5, cidade de Uberaba, Estado de Minas Gerais, tem como atividade a fabricação de etanol.

A Companhia é cooperada da Cooperativa, cujo ato cooperado entre as partes implica na entrega, imediata e definitiva, da produção de etanol nos estabelecimentos da Cooperativa. O resultado da comercialização desses produtos, no mercado interno e externo, é rateado para cada cooperado em conformidade com o disposto no Parecer Normativo CST n° 66, de 05 de setembro de 1986.

Native Produtos Orgânicos Comercial Importadora e Exportadora Ltda.

A atividade preponderante é o comércio de produtos orgânicos no mercado de varejo.

Agropecuária Iracema Ltda.

Tem como principal atividade a exploração da atividade agrícola da cana-de-açúcar em regime de parceria agrícola com empresas relacionadas.

PHB Industrial S.A.

A PHB Industrial S.A. foi constituída em 1º de março de 2000, com sede em Serrana, Estado de São Paulo, tendo como objeto social e atividade preponderante a industrialização e comercialização de produtos químicos orgânicos e inorgânicos.

A investida concluiu substancialmente o desenvolvimento do Polihidroxibutirato (PHB) e Polihidroxibutirato-Valerato (PHB-V) em 2001, com elaboração do PDP (Project Design Package) despendendo quantias significativas com gastos industriais e de projetos.

Em paralelo à rota de produção do PHB e PHB-V voltado ao mercado de plásticos, a investida desenvolveu também durante os últimos anos, tecnologia que permite a utilização de sua rota produtiva em nutrição animal. Tal tecnologia já se encontra devidamente patenteada e testada.

A administração, com base nos resultados obtidos em testes com diferentes espécies de animais, obteve a inclusão do PHB na lista positiva de insumos do Ministério da Agricultura, assim como o registro de fábrica (SP-59890) e do registro do produto (BIOCYCLE) junto aos órgãos competentes, com possibilidade de produção comercial desse material, baseada na estrutura industrial já implementada.

A Administração da Companhia, ao mesmo tempo que continua desenvolvendo novas rotas tecnológicas dentro do projeto existente, também estuda alternativas de formação de nova Joint Venture com terceiros para explorar novas oportunidades de negócios.

Vicenza Empreendimentos Imobiliários Ltda.

Tem como principal atividade o fracionamento do solo visando a obtenção de lotes urbanizáveis para compra, venda ou locação; a construção, incorporação, e quaisquer atividades relacionadas a projetos imobiliários em geral.

Vila Sicília Empreendimentos Imobiliários Ltda.

Tem como principal atividade o fracionamento do solo visando a obtenção de lotes urbanizáveis para compra, venda ou locação; a construção, incorporação, e quaisquer atividades relacionadas a projetos imobiliários em geral.

1.3 Renovabio

Instituído pela Lei nº 13.576/2017, o RENOVABIO é a Política Nacional de Biocombustíveis que tem como principal foco o estabelecimento de metas nacionais anuais de descarbonização para o setor de combustíveis, objetivando o aumento da produção e da participação de biocombustíveis na matriz energética de transporte do país. Estes certificados (CBIOS) deverão ser adquiridos pelas distribuidoras de combustíveis para comprovar o cumprimento de metas de redução de emissão de carbono.

Estamos comercializando os certificados de descarbonização (CBIOS), através da Cooperativa dos Produtores de Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo, registrando o valor negociado como receita operacional da Companhia, quando do reconhecimento do direito do PN66.

1.4 Conflito internacional entre Rússia e Ucrânia

No exercício de 2022, mais precisamente em 24 fevereiro, tivemos o inesperado início da guerra entre Rússia e Ucrânia, que continua até o presente momento. Tal evento provocou enormes sanções e embargos econômicos à Rússia e sua aliada Belarus, feitos por outros países, tanto da Ásia, como Europa e América. Sendo a Rússia um dos principais fornecedores de suprimentos mundial em relação a fertilizantes, a manutenção da guerra pode afetar a cadeia de suprimentos de fertilizantes da Companhia e de seus fornecedores, pois o Brasil é altamente dependente de importações desses países. Os fertilizantes correspondem a cerca de 1,61% dos custos dos produtos vendidos pela Companhia.

Outro efeito negativo desta guerra é a elevação dos preços do petróleo no mercado internacional, o que afeta diretamente no aumento dos custos com óleo diesel, que corresponde a cerca de 4,36% dos custos dos produtos vendidos da Companhia, gerando ainda impactos negativos sobre os custos logísticos.

A Companhia, por ter um elevado cultivo de cana orgânica que não utiliza fertilizantes químicos tende a ter um impacto menor nos seus custos, mas a administração vem monitorando outros potenciais reflexos econômicos sobre suas operações.

2 Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as políticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

Sua emissão foi autorizada pela administração da Companhia em 29 de junho de 2023.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado;
- Os ativos biológicos mensurados pelo valor justo deduzidos das despesas com vendas;
- Os investimentos em coligadas e controladas avaliados por equivalência patrimonial.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real (R\$ mil), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos contábeis críticos

A preparação das demonstrações financeiras está de acordo com Pronunciamentos Técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) as quais exigem que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações referentes ao uso de estimativas e julgamentos adotados e que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos na demonstração financeira da Companhia estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota 3.5 (iii)** – Vida útil do ativo imobilizado

- **Nota 21** – Passivo de arrendamento e direito de uso
- **Nota 24** – Instrumentos financeiros

As informações sobre incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota 3.16** - Ativos contingentes;
- **Nota 10** – Ativos biológicos - O ativo biológico é mensurado ao valor justo na data de cada balanço patrimonial e os efeitos de variação do valor justo entre os períodos são alocados diretamente no custo dos produtos vendidos;
- **Nota 15** – Ativos e passivos fiscais diferidos- disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados;
- **Nota 23** – Provisão para contingências- principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

3 Políticas contábeis significativas

As políticas contábeis significativas descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

3.1 Investimentos em controladas

Os investimentos em controlada são contabilizados por meio do método de equivalência patrimonial e são reconhecidos inicialmente pelo custo. Os investimentos da Companhia incluem o ágio identificado na aquisição, líquido de quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

A administração optou por não efetuar e divulgar demonstrações financeiras consolidadas em função da imaterialidade dos saldos apresentados na consolidação. A Companhia possui o controle nas investidas, porém sua posição patrimonial e financeira não é relevante para fins de consolidação.

3.2 Investimentos em coligadas e sociedades controladas em conjunto (*joint venture*)

As coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle, sobre as políticas financeiras e operacionais. A influência significativa supostamente ocorre quando a Companhia, direta ou indiretamente, mantém entre 20 e 50 por cento do poder votante de outra entidade.

Os investimentos em coligadas são contabilizados por meio do método de equivalência patrimonial e são reconhecidos inicialmente pelo custo. Os investimentos da Companhia incluem o ágio identificado na aquisição, líquido de quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

As demonstrações financeiras incluem receitas e despesas e variações patrimoniais de companhias investidas, após a realização de ajustes para alinhar as suas políticas contábeis com aquela da Companhia, a partir da data em que uma influência significativa ou controle conjunto começam a existir até a data em que aquela influência significativa ou controle conjunto cessam.

Quando a participação da Companhia nos prejuízos de uma companhia investida cujo patrimônio líquido tenha sido contabilizado exceda a sua participação acionária nessa companhia registrada por equivalência patrimonial, o valor contábil daquela participação acionária, incluindo quaisquer investimentos de longo prazo, é reduzido à zero, e o reconhecimento de perdas adicionais é encerrado, exceto nos casos em que a companhia tenha obrigações construtivas ou efetuou pagamentos em nome da companhia investida, quando, então, é constituída uma provisão para a perda de investimentos.

Os investimentos em sociedades controladas em conjunto são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial, a qual é reconhecida no resultado do exercício como receita (ou despesa) operacional.

Para efeitos do cálculo da equivalência patrimonial, ganhos ou transações a realizar entre a Companhia e suas coligadas e controladas em conjunto são eliminados na medida da participação da Companhia; perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a transação forneça evidências de perda permanente (*impairment*) do ativo transferido. Quando necessário, as políticas contábeis das investidas são alteradas para garantir consistência com as políticas contábeis adotadas pela Companhia.

3.3 Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do exercício, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o exercício, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do exercício de apresentação. Ativos e passivos não monetários denominados em moedas estrangeiras que são mensurados pelo valor justo são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi apurado.

As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na reconversão são reconhecidas no resultado.

3.4 Instrumentos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e ao custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

Os ativos financeiros são apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço.

(i) *Ativos e passivos financeiros não derivativos - reconhecimento e não reconhecimento*

Os instrumentos financeiros ativos e passivos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no período em que ocorrem.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(ii) Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende do fato do derivativo ser designado ou não como um instrumento de hedge nos casos de adoção da contabilidade de hedge (hedge accounting). Sendo este o caso, o método depende da natureza do item/objeto que está sendo protegido por hedge. O Grupo adota a contabilidade de hedge (hedge accounting) e designa certos derivativos como:

- *hedge* do valor justo de ativos ou passivos reconhecidos ou de um compromisso firme (*hedge* de valor justo).

A Companhia contrata instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros. Derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo; quaisquer custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado.

a. Hedge de valor justo

As variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como *hedge* de valor justo são registradas na demonstração do resultado, com quaisquer variações no valor justo do ativo ou passivo protegido por *hedge* que são atribuíveis ao risco protegido. A Companhia só aplica a contabilidade de *hedge* de valor justo para se proteger contra o risco de taxas de juros fixos de empréstimos. O ganho ou perda relacionado com a parcela efetiva de *swaps* de taxa de juros para proteção contra empréstimos com taxas fixas é reconhecido na demonstração do resultado como "Despesas financeiras". O ganho ou perda relacionado com a parcela não efetiva é reconhecido na demonstração do resultado como "Outros ganhos (perdas), líquidos". As variações no valor justo dos empréstimos com taxas fixas protegidas por *hedge*, atribuíveis ao risco de taxa de juros, são reconhecidas na demonstração do resultado como "Despesas financeiras".

Se o *hedge* não mais atender aos critérios de contabilização do *hedge*, o ajuste no valor contábil de um item protegido por *hedge*, para o qual o método de taxa efetiva de juros é utilizado, é amortizado no resultado durante o período até o vencimento.

(iii) Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(iv) **Capital social**

Ações ordinárias nominativas da Companhia são classificadas como patrimônio líquido. A Companhia não possui ações preferenciais.

(v) **Dividendos**

Os dividendos obrigatórios, conforme definido em estatuto, são reconhecidos como passivo. O saldo do lucro líquido, deduzidas as reservas legais e o dividendo obrigatório será reconhecido como obrigação quando deliberado por ocasião da Assembleia Geral Ordinária dos Acionistas. Vide nota 26d.

3.5 Imobilizado

(i) **Reconhecimento e mensuração**

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

A Companhia optou por não reavaliar os ativos imobilizados pelo custo atribuído (*deemed cost*) na data de abertura do exercício de 2010. A administração da Companhia realizou um estudo sobre os benefícios da adoção do custo atribuído (*deemed cost*) e concluiu que esses benefícios não são superiores aos custos de adoção.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. Os custos de ativos construídos pela própria Companhia incluem:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condições necessárias para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração;
- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados.

O *software* comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas / despesas operacionais no resultado.

(ii) **Custos subsequentes**

Gastos com manutenção que implicam em prolongamento da vida útil econômica dos bens do ativo imobilizado são capitalizados. Gastos com manutenção sem impacto na vida útil econômica dos ativos são reconhecidos como despesa quando realizados. Os itens substituídos são baixados.

Os gastos com manutenção agrícola e industrial, incorridos no período de entressafra são levados ao imobilizado para serem apropriados ao custo de produção do açúcar e do etanol no decorrer da safra seguinte.

(iii) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja certo que a Companhia obterá a propriedade do bem ao final do arrendamento. Terrenos e terra nua não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente são as seguintes:

Edifícios e construções	23 anos
Máquinas, instalações e equipamentos	Entre 8 e 29anos
Veículos	10 anos
Máquinas e implementos agrícolas	8 anos
Móveis e utensílios	8 anos
Lavouras de cana- de- açúcar	5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

3.6 Ativos biológicos

Os ativos biológicos são mensurados pelo valor justo, deduzidos das despesas de venda.

Alterações no valor justo menos despesas de venda são reconhecidos no resultado. Custos de venda incluem todos os custos que seriam necessários para vender os ativos. A cana-de-açúcar em pé é transferida ao estoque pelo seu valor justo, deduzido das despesas estimadas de venda apurados na data de corte.

3.7 Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os custos dos estoques são avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

3.8 Redução ao valor recuperável (*impairment*)

(i) Ativos financeiros

A Companhia avalia a cada data de apresentação se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado.

Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

O montante da perda por *impairment* é mensurada como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado.

Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os ativos biológicos, estoques imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou Unidade Geradora de Caixa ("UGC") exceder seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Durante os exercícios encerrados em 31 de março de 2023 e 2022, a Companhia não identificou indicadores de que seus ativos estão registrados com valor acima do seu valor recuperável.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto a outros ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

3.9 Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

3.10 Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflète as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

3.11 Receita operacional

(i) *Venda de produtos – Açúcar e etanol orgânicos e demais produtos orgânicos*

A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, que as obrigações de desempenho do contrato com clientes tenham sido cumpridas, de que for provável que os benefícios econômico-financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias podem ser estimados de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

(ii) *Venda de produtos – Açúcar e etanol*

As receitas auferidas e despesas incorridas pela Cooperativa são apropriadas ao resultado do exercício com base em rateio, definido de acordo com a produção da Companhia em relação às demais cooperadas, em conformidade com o disposto no Parecer Normativo CST n° 66, de 05 de setembro de 1986.

3.12 Receita financeira e despesa financeira

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

Os ganhos e perdas cambiais são reportados em uma base líquida.

3.13 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados, respectivamente, com base nas alíquotas de 15% (acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda) e 9% sobre o lucro tributável, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados ao patrimônio líquido ou a outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, as taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação ao prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tenha que ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada para com relação a todos os períodos fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, o que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente; tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

3.14 Aspectos ambientais

As instalações de produção da Companhia e sua atividade industrial estão sujeitas às regulamentações ambientais. A Companhia diminui o risco associado com assuntos ambientais, por procedimentos operacionais e controles e investimentos em equipamento de controle de poluição e sistemas. A Companhia acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e nos regulamentos em vigor.

A Companhia possui certificações no sistema de gestão integrada e anualmente são realizadas auditorias pelo órgão certificador, visando a conformidade dos processos e operações. Em complemento, a Companhia recebe processos de auditorias e verificações específicas de agências governamentais e independentes, para requisitos específicos do governo e de clientes, além dos requisitos de certificações de segurança de alimentos, agricultura orgânica, comércio justo e de padrões socioambientais, que estão submetidos. Assim buscam além da conformidade com padrões da qualidade de seus produtos, melhorias voltadas a sustentabilidade do negócio e cumprimento de sua política de gestão.

3.15 Arrendamentos

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. Se houver mais de um componente de arrendamento no contrato, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais.

Ao atendimento da norma, existem apenas contratos de arrendamentos de propriedades rurais, não havendo componentes a serem segregados, sendo contabilizados como um único componente.

Como arrendatário

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento de terras na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e, subsequentemente, pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustados pelas taxas dos respectivos contratos.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente de pagamentos de arrendamentos que não foram pagos na data da transição, descontados usando uma taxa nominal para cada período, baseada nas taxas de juros livres observadas por projeções de mercado (Nota 21).

A Companhia remensura o passivo de arrendamento se houver uma alteração no prazo de arrendamento ou se houver alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou em taxa utilizada para determinar esses pagamentos, reconhecendo o valor da remensuração do passivo de arrendamento como ajuste ao ativo de direito de uso.

A Companhia aplicou julgamento para determinar o prazo de arrendamento dos contratos que incluem opção de renovação. A assertividade da avaliação se a Companhia pode exercer esta opção tem impacto direto no prazo do arrendamento, podendo afetar significativamente o valor do passivo do arrendamento e do ativo de direito de uso reconhecido. As opções de extensão e rescisão estão incluídas nos contratos de arrendamento da Companhia.

A Companhia reconhece o passivo dos pagamentos futuros trazidos a valor presente por uma taxa de juros incremental e em contrapartida reconhecer o direito de uso destes contratos como um ativo.

Como arrendador

A Companhia e suas coligadas não possuem contratos em que figurem como arrendadora, portanto não houve qualquer ajuste na contabilização dos seus ativos.

3.16 Ativos contingentes

Quando for provável a entrada de benefícios econômicos, a Companhia divulga breve descrição da natureza dos ativos contingentes na data do balanço e, quando praticável, uma estimativa dos seus efeitos financeiros, mensurada usando os princípios estabelecidos para as provisões.

Fixação de preços defasados

O Poder Judiciário condenou a União a indenizar a Cooperativa, da qual a Companhia é cooperada, por danos causados a seus cooperados decorrentes da fixação de preços defasados em vendas de Açúcar e Etanol realizadas na década de 1980. Em setembro de 2021, a Cooperativa realizou o levantamento da quarta parcela do primeiro precatório e em outubro de 2021 o levantamento da terceira parcela do segundo precatório, sendo atribuído a Companhia, até 31 de março de 2023, o montante bruto de R\$ 50.495 (até 31 de março de 2022, R\$ 44.071), transferidos para a Companhia via PN66, deduzidos sobre este valor os custos de manutenção do processo, honorários advocatícios e retenção de PIS e COFINS, no montante de R\$ 9.858 (em 31 de março de 2022, R\$ 8.611), apresentado na Nota 30, na rubrica Provisões e Despesas sobre Verba Indenizatória. Segundo informações da Cooperativa, detentora da ação, ainda se encontram pendentes recursos e ações judiciais sobre o restante do valor pretendido no processo, para os quais, na data base da elaboração das demonstrações financeiras, a melhor estimativa da Administração da Cooperativa é de ser o crédito provável.

Paralelamente, a Cooperativa, propôs medida judicial objetivando afastar as exigências de PIS e COFINS sobre a verba indenizatória em questão, por entender não caracterizar receita tributável em nome daquela entidade.

Sobre a receita acima mencionada, recebida pela Companhia, por também entender que o valor repassado pela Cooperativa se trata de verba indenizatória, a administração da Companhia propôs ação judicial objetivando afastar as exigências do PIS, COFINS, IRPJ e CSLL sobre este valor, garantindo esta discussão mediante depósito judicial, e constituiu provisão para contingência de igual valor demonstrados nas Notas 14 e 23.

PIS e COFINS - Efeitos da IN 1.911/19

A Companhia ingressou em junho de 2010 com Ação Judicial perante a Justiça Federal, mediante Mandado de Segurança, pleiteando o direito ao aproveitamento de créditos de PIS e COFINS sobre todos os gastos incorridos na geração da receita tributável da Companhia, ou, ao menos sobre aqueles gastos direta e indiretamente incorridos para a promoção das atividades produtivas da Companhia, afastando as vedações existentes na Lei 10.637/02 (PIS não-cumulativo) e Lei 10.833/03 (COFINS não-cumulativo) e aguarda o julgamento do referido MS.

No exercício de 2019, houve mudança no entendimento da SRF, publicado através da IN 1.911/19, que em resumo considera que os insumos essenciais e relevantes ao processo produtivo dariam direito ao crédito, momento em que passamos a nos creditar destes valores.

Para o período anterior a 2019 e até 2005, abrangidos pelo nosso MS, estamos efetuando o levantamento dos valores envolvidos de acordo com o entendimento dos conceitos de essencialidade e relevância previstos da IN 1.911/19, para posterior registro, e ainda aguardamos o julgamento do MS.

Ação judicial sobre exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS

Em maio de 2021, o Supremo Tribunal federal julgou os Embargos de Declaração opostos pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional no RE 574.706, e, por maioria, acolheu, em parte, os embargos de declaração para modular os efeitos do julgado a partir de 15/03/2017, fixando a seguinte tese com repercussão geral “*O ICMS não compõe a base de cálculo par fins de incidência do PIS e da COFINS*”, ficando ressalvadas as ações judiciais e administrativas protocoladas até a data da sessão em que proferiu o julgamento (15/03/2017), sendo que, também, por maioria, prevaleceu o entendimento que se trata do ICMS destacado na nota fiscal.

A Companhia também discutiu judicialmente seu direito à exclusão do ICMS da base de cálculo das contribuições do PIS e da COFINS, em mandado de segurança, para o qual teve o trânsito em julgado de forma favorável a seu pleito. A administração, em conjunto com assessores internos e externos, está efetuando o levantamento dos valores envolvidos, que dependem no momento de informações não disponíveis de terceiros, para posterior reconhecimento do direito adquirido. Este trabalho será finalizado em julho de 2023, momento em que serão apurados e provisionados os valores envolvidos.

Além disto, a Companhia está avaliando em conjunto com seus assessores jurídicos a possibilidade de discutir esta tese tributária mediante Ação Judicial, que envolve o ICMS contido na alíquota Ad Rem que tributa PIS e COFINS sobre venda de Etanol.

4 Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo.

Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

(i) Os ativos biológicos e os respectivos produtos

Ativos biológicos devem ser reconhecidos ao valor justo menos as despesas estimadas de venda.

A metodologia adotada pela Companhia, para satisfazer a exigência de cálculo nos ativos biológicos correspondentes a cana-de-açúcar em pé, foi de acordo com método de fluxo de caixa futuro descontado. O fluxo de caixa futuro descontado é efetuado considerando premissas como preço da tonelada de cana-de-açúcar, produtividade, custos de corte, carregamento e transporte, custo dos tratamentos culturais, custos de parceria, custo de capital, impostos, entre outros. A taxa de desconto utilizada para descontar o fluxo de caixa ao valor presente é calculada com base Custo Médio Ponderado de Capital – WACC.

(ii) Empréstimos e financiamentos

Estão classificados como outros passivos financeiros e estão contabilizados pelos seus custos amortizados. O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras.

(iii) Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

5 Novas normas, alterações e interpretações de normas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de abril de 2023. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

a. Classificação dos passivos como circulante ou não circulante (alterações ao CPC 26)

As alterações, emitidas em 2020, visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023.

No entanto, o IASB propôs posteriormente novas alterações ao IAS 1 e o adiamento da data de vigência das alterações de 2020 para períodos anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2024.

Devido esta norma estar sujeita à desenvolvimentos futuros, a Companhia não pode determinar o impacto dessas alterações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas no período de aplicação inicial.

A Companhia está monitorando de perto os desenvolvimentos futuros.

b. Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32)

As alterações limitam o escopo da isenção de reconhecimento inicial para excluir transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias – por exemplo, arrendamentos e passivos de custos de desmontagem. As alterações aplicam-se aos períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2023. Para arrendamentos e passivos de custos de desmontagem, os ativos e passivos fiscais diferidos associados precisarão ser reconhecidos desde o início do período comparativo mais antigo apresentado, com qualquer efeito cumulativo reconhecido como um ajuste no lucro acumulado ou outros componentes do patrimônio naquela data. Para todas as outras transações, as alterações se aplicam a transações que ocorrem após o início do período mais antigo apresentado.

c. Outras normas

Não se espera que as seguintes normas novas e alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Contratos de Seguros (CPC 50)
- Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26).
- Definição de Estimativas Contábeis (Alterações ao CPC 23).

6 Caixa e equivalentes de caixa

	31/03/2023	31/03/2022
Caixa e bancos	4.856	432
Aplicações financeiras	<u>125.725</u>	<u>207.688</u>
	<u>130.581</u>	<u>208.120</u>

A Companhia considera como caixa e equivalentes de caixa os saldos provenientes das contas de caixa, bancos e aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras da Companhia se referem a Certificado de Depósito Bancário e a remuneração varia entre 100% e 110% do CDI (em 31 de março de 2022 a remuneração variava entre 100% e 110% do CDI).

7 Contas a receber - Clientes

	31/03/2023	31/03/2022
Contas a receber	65.476	64.338
(-) Provisão para perdas esperadas	<u>(1.279)</u>	<u>(1.279)</u>
	<u>64.197</u>	<u>63.059</u>

Corresponde aos direitos a receber por comercialização de produtos e coprodutos de produção própria da Companhia.

A exposição da Companhia a risco de taxas e análise de sensibilidade para os ativos e passivos estão apresentados na nota 24.

Os saldos em aberto são realizáveis e não há expectativas de perdas acima do montante já provisionado, inclusive a Companhia tem carta fiança para proteger grande parte do risco de perdas com contas a receber.

	31/03/2023	31/03/2022
Saldo inicial	<u>(1.279)</u>	<u>(3.757)</u>
(-) Reversão de provisão	<u>-</u>	<u>2.478</u>
	<u>(1.279)</u>	<u>(1.279)</u>

A análise de vencimentos dessas contas a receber está representada abaixo:

	31/03/2023	31/03/2022
até 30 dias	14.169	22.669
de 31 até 90 dias	41.062	29.797
de 91 até 180 dias	1	3
	55.232	52.469
até 30 dias	5.004	7.782
de 31 até 90 dias	1.349	1.211
de 91 até 180 dias	1.027	281
acima de 180 dias	2.864	2.595
	10.244	11.869
	65.476	64.338

8 Contas a receber – Cooperativa

Correspondem aos valores a receber das operações com a Cooperativa, em conformidade com o disposto no Parecer Normativo CST n° 66, de 05 de setembro de 1986, que dispõe sobre o momento da apropriação da receita operacional no caso de faturamento por ato cooperativo, de acordo com a produção da Companhia em relação às demais cooperadas.

A exposição da Companhia a risco de taxas e análise de sensibilidade para os ativos e passivos estão apresentados na nota 24.

9 Estoques

	31/03/2023	31/03/2022
Produtos acabados entregues à Cooperativa		
- Açúcar Cristal	-	69
- Etanol Hidratado	-	147
Produtos orgânicos		
-Açúcar orgânico	59.067	47.681
-Etanol Hidrat. Retificado Orgânico	17.029	30.009
-Outros produtos orgânicos	8.866	10.640
Almoxarifado de materiais auxiliares, de manutenção e outros	11.086	8.331
Provisão para estoques obsoletos	(1.014)	(1.014)
	95.034	95.863

- (i) A cana-de-açúcar, matéria prima do etanol, quando do seu recebimento é atualizada pelo preço da tonelada de cana estabelecido pelo modelo definido no Conselho dos Produtores de Cana-de-açúcar do Estado de São Paulo – CONSECANA. A realização do valor adiantado ocorre durante safra 23/24, a qual se inicia em abril de 2023, com expectativa de término em novembro de 2023.

10 Ativos biológicos

Os ativos biológicos de cana-de-açúcar são mensurados ao valor justo menos a despesa de venda no momento do reconhecimento inicial e no final de cada período de competência.

	31/03/2023	31/03/2022
Saldo inicial	31.500	52.062
Aumento decorrente de tratos culturais	57.600	41.628
Diminuição decorrente da amortização	(31.500)	(52.062)
Mensuração no valor justo menos despesas estimadas de venda	<u>(9.290)</u>	<u>(10.128)</u>
Ativos biológicos no final do exercício	<u>48.310</u>	<u>31.500</u>

Para o atendimento do CPC 29 – ativo biológico, a Companhia utilizou o cálculo do valor justo pelo método de fluxo de caixa futuro descontado nos ativos biológicos correspondentes a cana-de-açúcar em pé.

Lavouras de cana-de-açúcar

As áreas cultivadas representam apenas as plantas de cana-de-açúcar, sem considerar as terras em que estas lavouras se encontram. As seguintes premissas foram utilizadas na determinação do valor justo:

	31/03/2023	31/03/2022
Área estimada de colheita (hectares)	9.941	9.842
Produtividade prevista (tons de cana/hectares)	85,00	65,00
Quantidade total de açúcar recuperável - ATR (kg)	137,02	135,28
Valor do Kg de ATR - R\$	1,2269	1,2545
WACC (a.a.)	9,31%	8,06%

O volume de produção de cana-de-açúcar a ser cortada e a sua produtividade, medida em toneladas e nível de concentração de açúcar - ATR, foram estimados considerando a média de produtividade projetada do canavial por idade de corte.

O valor do Kg de ATR é estimado com base em dados divulgados pelo Conselho dos Produtores de Cana-de-açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo (CONSECANA).

A taxa de desconto utilizada nos fluxos de caixa corresponde ao custo médio de capital ponderado da Companhia, o qual é revisado anualmente pela administração.

Os custos estimados para esse tipo de cultura contemplam: custos necessários para que ocorra a transformação biológica da cana-de-açúcar (tratos culturais) até a colheita; custos com Colheita/Corte, Transbordo e Transporte (CCTT); custos de capital (equivalentes a parceria agrícola, arrendamento de terras, aquisição de máquinas e equipamentos); e impostos incidentes sobre o fluxo de caixa positivo.

O cultivo de cana-de-açúcar é iniciado pelo plantio de mudas em terras próprias ou de terceiros e o primeiro corte ocorre após um período de 12 a 18 meses do plantio, quando a raiz ("soqueira") continua no solo. Após cada corte ou ano/safra, a soqueira tratada cresce novamente em média por mais cinco ou seis safras.

Os ativos biológicos correspondem aos produtos agrícolas em desenvolvimento (cana em pé) produzidos nas lavouras de cana-de-açúcar (planta de produção) e que serão utilizados como matéria-prima na produção de açúcar e etanol no momento da sua colheita.

As plantas de produção são classificadas no ativo imobilizado e não integram o valor justo dos ativos biológicos.

O valor justo do produto agrícola colhido é determinado pelas quantidades projetadas e valorizadas pela estimativa do preço da cana pelo método CONSECANA para a próxima safra.

O valor justo da cana-de-açúcar no momento da colheita passará a ser o custo da matéria-prima utilizada no processo produtivo de açúcar e etanol.

A Companhia está exposta a uma série de riscos relacionados às suas plantações:

Riscos de oferta e demanda

A Companhia está exposta aos riscos decorrentes das flutuações no preço e volume de vendas de açúcar e etanol convencionais e orgânicos produzidos a partir da cana-de-açúcar e demais produtos orgânicos comercializados. A Companhia faz a gestão desses riscos, alinhando o seu volume de produção para o abastecimento do mercado e da procura. A gestão destes riscos para açúcar e etanol convencionais é administrada diretamente pela Cooperativa, inclusive quanto as análises de tendência regular do setor para garantir que as estratégias operacionais estão em linha com o mercado e para assegurar que os volumes projetados de produção são coerentes com a demanda esperada. Em relação a gestão de riscos para os produtos orgânicos é realizado internamente pelos gestores deste segmento.

Riscos climáticos e outros

As atividades operacionais de cultivo de cana-de-açúcar estão expostas ao risco de danos decorrentes das mudanças climáticas, pragas e doenças, incêndios florestais, disponibilidade de recursos hídricos e outras forças naturais. Importante informar que tais riscos, podem impactar em algumas premissas utilizadas para dimensionar o valor contábil do ativo biológico.

Em relação a outros riscos que podem impactar os negócios relativos ao ativo biológico, podemos citar positivamente o Renovabio (vide nota 1.2) e as condições mercadológicas de oferta e demanda do produto.

Neste sentido, a Companhia tem processos extensivos com recursos alocados para acompanhar e mitigar esses riscos, incluindo inspeções regulares da situação da lavoura de cana-de-açúcar e o acompanhamento constante das mudanças de mercado.

Análise de sensibilidade do valor justo

A Companhia avaliou o impacto sobre o valor justo do ativo biológico em 31 de março de 2023, a título de análise de sensibilidade, considerando a mudança para mais ou para menos das seguintes variáveis: (i) preço da tonelada de cana-de-açúcar, e (ii) volume de produção de cana-de-açúcar. As demais variáveis de cálculo permanecem inalteradas. Dessa forma, uma variação (para mais ou para menos) de 5% no preço da tonelada de cana resultaria em um aumento ou redução de R\$ 4.922 no valor justo do ativo biológico. Com relação ao volume de produção, uma variação (para mais ou para menos) de 5% resultaria em um aumento ou redução de R\$ 3.536 no valor justo do ativo biológico.

11 Adiantamentos a fornecedores

	31/03/2023	31/03/2022
Fornecedores de cana e parceria agrícola	34.196	20.824
Fornecedores diversos	1.736	3.548
	<u>35.932</u>	<u>24.372</u>

Os adiantamentos a fornecedores são para compra de cana-de-açúcar conforme previsões contratuais, com realização para a safra 2023/2024.

A cana de fornecedores parceiros, quando do seu recebimento, é atualizada pelo preço da tonelada de cana estabelecido pelo modelo definido no Conselho dos Produtores de Cana-de-açúcar do Estado de São Paulo - Consecana.

12 Impostos a recuperar

	31/03/2023	31/03/2022
ICMS sobre aquisição de bens do imobilizado	1.839	1.565
PIS e COFINS	47.841	42.490
IRRF	353	284
IRRF sobre aplicações financeiras	3.884	692
IPI	8.128	11.382
Outros	1.827	1.022
	<u>63.872</u>	<u>57.435</u>
Circulante	(30.479)	(27.500)
Não circulante	33.393	29.935

13 Demais ativos

	31/03/2023	31/03/2022
Dividendos a receber (i)	21.126	21.456
Seguros a apropriar	369	655
Outros	745	746
	<u>22.240</u>	<u>22.857</u>
Circulante	(763)	(2.754)
Não circulante	21.477	20.103

- (i) Compreendido substancialmente por dividendos a receber da controlada Vicenza Empreendimentos Imobiliários Ltda. a serem liquidados quando da disponibilidade de caixa da controlada, conforme deliberado em Ata de Assembleia de Sócios Quotistas realizada em 24 de julho de 2015.

14 Depósitos judiciais

	31/03/2023	31/03/2022
Verba indenizatória ação de preços (i)	61.028	40.952
Outros	4.354	4.310
	65.382	45.262

- (i) A Companhia efetuou depósitos judiciais tributários sobre verba indenizatória recebida (IAA – Nota 3.16 – Ativo contingente), mediante ação judicial objetivando afastar as exigências do PIS, COFINS, IRPJ e CSLL. A provisão pertinente ao depósito judicial está evidenciada na Nota 23.

15 Ativos e passivos fiscais diferidos

Em 31 de março de 2023 e 2022, a Companhia possuía imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos sobre os seguintes valores base:

	Saldo em 31 de março de 2021	Reconhecidos no resultado	Saldo em 31 de março de 2022	Reconhecidos no resultado	Saldo em 31 de março de 2023
Ativo não circulante					
Ativo biológico - CPC 29	(7.128)	10.571	3.443	(285)	3.158
Prejuízos fiscais do imposto de renda	7.169	(6.343)	826	1.607	2.433
Base negativa da contribuição social	2.541	(2.256)	285	579	864
Provisão para contingências	-	539	539	-	539
Provisão para perdas esperadas	-	435	435	-	435
Provisão para estoques obsoletos	-	345	345	-	345
	2.582	3.291	5.873	1.901	7.774
Passivo não circulante					
Depreciação - Ajuste por adoção CPC 27	(10.718)	139	(10.579)	381	(10.198)
Arrendamento CPC 06	(424)	(1.514)	(1.938)	(158)	(2.096)
Valor justo investimentos	-	(1.735)	(1.735)	(2.029)	(3.764)
Depreciação acelerada incentivada	(34.244)	(586)	(34.830)	-	(34.830)
	(45.386)	(3.696)	(49.082)	(1.806)	(50.888)
Imposto de renda e contribuição social líquido	(42.804)	(405)	(43.209)	95	(43.114)

Período estimado de realização dos créditos tributários

A Companhia, fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, reconheceu no ativo não circulante, em contrapartida do resultado do exercício, o imposto de renda e a contribuição social correspondentes sobre os direitos por prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa da contribuição social.

A Companhia estima recuperar a totalidade dos créditos tributários no próximo exercício. As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram fundamentadas nas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios consideradas quando de sua elaboração. Consequentemente, as estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro tendo em vista as incertezas inerentes a essas projeções.

16 Outras divulgações sobre o fluxo de caixa

a. Reconciliação da dívida líquida

			31/03/2023	31/03/2022
Empréstimos e financiamentos			308.776	379.572
Passivo de arrendamento			55.660	68.434
Aquisições de ações de acionistas			31.046	29.801
Total da dívida			395.482	477.807
Caixa e equivalente de caixa			(130.581)	(208.120)
Total da dívida líquida			264.901	269.687

	Empréstimos e financiamentos	Arrendamentos	Aquisições de ações	Total da dívida	Caixa e equivalentes	Dívida líquida
Dívida líquida em 31 de março de 2021	261.595	53.013	8.486	323.094	(95.965)	227.129
Movimentação que afetam o fluxo de caixa						
Aquisições/remensurações	306.600	-	-	306.600	-	306.600
Pagamentos - Principal	(191.146)	(14.655)	(3.115)	(208.916)	-	(208.916)
Pagamentos - Juros	(21.799)	-	-	(21.799)	-	(21.799)
Outras movimentações de caixa	-	-	-	-	(112.155)	(112.155)
Movimentação que não afetam o fluxo de caixa						
Aquisições/remensurações	-	28.915	20.985	49.900	-	49.900
Juros provisionados	24.322	1.161	-	25.483	-	25.483
Atualização de aquisições de ações	-	-	3.445	3.445	-	3.445
Dívida líquida em 31 de março de 2022	379.572	68.434	29.801	477.807	(208.120)	269.687
Movimentação que afetam o fluxo de caixa						
Aquisições/remensurações	1.000	-	-	1.000	-	1.000
Pagamentos - Principal	(78.146)	(16.747)	(1.595)	(96.488)	-	(96.488)
Pagamentos - Juros	(35.760)	-	-	(35.760)	-	(35.760)
Outras movimentações de caixa	-	-	-	-	77.539	77.539
Movimentação que não afetam o fluxo de caixa						
Aquisições/remensurações	-	2.514	-	2.514	-	2.514
Juros provisionados	42.110	1.459	-	43.569	-	43.569
Atualização de aquisições de ações	-	-	2.840	2.840	-	2.840
Dívida líquida em 31 de março de 2023	308.776	55.660	31.046	395.482	(130.581)	264.901

17 Investimentos

Nenhuma das companhias contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial tem suas ações negociadas em bolsa de valores.

	31/03/2023	31/03/2022
Controladas e coligadas	266.395	215.977
Adiantamento para futuro aumento de capital	588	2.563
Ágio de investimentos em controladas e coligadas (i)	7.949	7.949
Copersucar S.A.	17.560	14.597
CTC - Centro Tecnologia Canavieira S.A.	361	361
União São Paulo S.A.	288	288
Outros investimentos avaliados ao custo	99	93
	293.240	241.828

(i) Ágio das empresas Usina Uberaba S.A. e Agropecuária Uberaba Ltda.

O quadro abaixo apresenta um sumário das informações financeiras em empresas controladas.

	Usina Uberaba S.A.	Agropecuária Iracema S.A.	Vila Sicília Empreendimentos Imobiliários Ltda.	PHB Industrial S.A.	Native Produtos Orgânicos Comercial Importadora e Exportadora Ltda	Vicenza Empreendimentos Imobiliários Ltda.	Total
Capital Social integralizado 31 de março de 2023	574.343	60.400	3.018	97.527	3.196	69	738.553
Patrimônio Líquido em 31 de março de 2023	838.522	72.678	4.634	16.771	1.303	3.415	937.322
Resultado do exercício	181.728	12.278	1.615	(18.197)	(181)	3.346	180.588
Participação %	27,5%	38,2%	38,2%	25,0%	100,0%	38,2%	
Saldo em 31 de março de 2021	<u>106.245</u>	<u>4.414</u>	<u>2.786</u>	<u>6.667</u>	<u>1.659</u>	<u>759</u>	<u>122.530</u>
Distribuição de dividendos	(6.011)	(1.521)	(1.632)	-	-	(733)	(9.897)
Aumento de capital	-	13.804	-	825	-	-	14.629
Resultado de equivalência patrimonial	86.794	1.859	421	(1.137)	(175)	953	88.715
Saldo em 31 de março de 2022	<u>187.028</u>	<u>18.556</u>	<u>1.575</u>	<u>6.355</u>	<u>1.484</u>	<u>979</u>	<u>215.977</u>
Distribuição de dividendos	(20.997)	-	(421)	-	-	(953)	(22.371)
Aumento de capital (i)	-	4.527	-	2.388	-	-	6.915
Ganho por acréscimo patrimonial - Subvenção ICMS	14.050	-	-	-	-	-	14.050
Resultado de equivalência patrimonial	49.975	4.683	617	(4.549)	(181)	1.279	51.824
Saldo em 31 de março de 2023	<u>230.056</u>	<u>27.766</u>	<u>1.771</u>	<u>4.194</u>	<u>1.303</u>	<u>1.305</u>	<u>266.395</u>

- (i) Aumento de capital na investida Agropecuária Iracema S.A. com recursos enivados à título de adiantamento para futuro aumento de capital no montante de R\$ 3.006 e da conta de dividendos a receber no montante de R\$ 1.521. Aumento de capital na investida PHB Industrial S.A. com recursos enviados à título de adiantamento para futuro aumento de capital no montante de R\$ 2.388.

18 Imobilizado

	Edifícios e construções	Maquinismo, instalações e equipamentos	Veículos	Máquinas e implementos agrícolas	Móveis e utensílios	Manutenção de máquinas e equipamentos	Outros	Obras em andamento	Lavoura de cana-de-açúcar	Total
Saldo em 31 de março de 2021	9.632	75.311	13.964	18.040	411	38.426	7.307	9.432	92.870	265.394
Adições	280	1.222	1.059	3.163	86	47.248	1.362	7.800	24.283	86.503
Alienações	-	-	(14)	-	-	-	-	(7)	-	(21)
Transferências	-	(2)	-	-	-	-	2	-	-	-
Apropriação de gastos de entressafra	-	-	-	-	-	(38.427)	-	-	-	(38.427)
Depreciação	(382)	(6.087)	(772)	(1.431)	(102)	-	(775)	-	(21.116)	(30.665)
Saldo em 31 de março de 2022	9.530	70.444	14.237	19.773	395	47.247	7.895	17.225	96.037	282.784
Custo Total	17.691	165.853	36.334	36.937	1.692	360.525	15.429	17.225	277.775	929.461
Depreciação acumulada	(8.161)	(95.409)	(22.097)	(17.164)	(1.297)	(313.278)	(7.533)	-	(181.738)	(646.676)
Valor residual	9.530	70.444	14.237	19.773	395	47.247	7.896	17.225	96.037	282.785
Saldo em 31 de março de 2022	9.530	70.444	14.237	19.773	395	47.247	7.896	17.225	96.037	282.784
Adições	-	905	2.481	492	81	55.829	1.998	9.893	23.981	95.660
Alienações	-	-	(75)	-	(1)	-	(3)	-	-	(79)
Transferências	2.255	6.243	840	3.246	15	-	499	(13.098)	-	-
Apropriação de gastos de entressafra	-	-	-	-	-	(53.088)	-	-	-	(53.088)
Depreciação	(522)	(4.609)	(2.138)	(3.787)	(33)	-	(425)	-	(23.865)	(35.379)
Saldo em 31 de março de 2023	11.263	72.983	15.345	19.724	457	49.988	9.965	14.020	96.153	289.898
Custo Total	19.946	173.001	39.580	40.675	1.787	416.354	17.923	14.020	301.756	1.025.042
Depreciação acumulada	(8.683)	(100.018)	(24.235)	(20.951)	(1.330)	(366.366)	(7.958)	-	(205.603)	(735.144)
Valor residual	11.263	72.983	15.345	19.724	457	49.988	9.965	14.020	96.153	289.898

Obras em andamento

Refere-se, substancialmente a investimentos de melhorias na Companhia, sendo i) Nas dependências do parque industrial objetivando maior eficiência da indústria, no processo de fabricação de etanol e a instalação de sistema de expedição e armazenagem de açúcar; ii) Na atividade agrícola/automotiva, a aquisição de colhedoras de cana-de-açúcar, caminhões, tratores, conjunto de sistema de irrigação, dentre outros.

Valor recuperável do ativo imobilizado

Durante os exercícios encerrados em 31 de março de 2023 e de 2022, não foram identificados eventos que indicassem a necessidade de efetuar cálculos para avaliar eventual redução do imobilizado ao seu valor de recuperação.

Garantia

Em 31 de março de 2023, bens do ativo imobilizado com valor contábil de R\$ 3.177 (R\$ 19.328 em 31 de março de 2022) estão sujeitos a uma fiança registrada para garantir financiamentos bancários (Finame).

Depreciação

A projeção das vidas úteis dos bens constantes do ativo imobilizado da Companhia foi estimada por empresa especializada, contratada para este fim, com experiência e competência profissional, objetividade e conhecimento técnico dos bens avaliados. Para a realização deste trabalho consideraram informações a respeito da utilização dos bens avaliados, mudanças tecnológicas ocorridas e em curso e ambiente econômico em que operam. Para o exercício encerrado em 31 de março de 2023, a avaliação da vida útil foi revisada internamente pela administração, com base no laudo dos especialistas, considerando o planejamento e peculiaridades dos negócios da Companhia. A vida útil estimada dos bens registrados no ativo imobilizado não teve mudanças significativas e está evidenciada na Nota 3.5 (iii).

19 Fornecedores

	31/03/2023	31/03/2022
Fornecedores de cana-de-açúcar	33.799	35.260
Fornecedores de materiais, insumos e outros	9.571	12.207
	<u>43.370</u>	<u>47.467</u>

A exposição da Companhia a riscos de moeda e liquidez relacionados a contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar é divulgada na Nota 24.

20 Empréstimos e financiamentos

Essa nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais dos empréstimos com juros, que são mensurados pelo custo amortizado. Para mais informações sobre a exposição da Companhia a risco de taxas de juros, moeda estrangeira e liquidez, veja nota 24.

	31/03/2023	31/03/2022
Passivo circulante		
Empréstimos e financiamentos (a)	<u>63.814</u>	<u>82.003</u>
	<u>63.814</u>	<u>82.003</u>
Passivo não circulante		
Empréstimos e financiamentos (a)	<u>230.441</u>	<u>282.998</u>
Financiamentos Cooperativa (b)	<u>14.521</u>	<u>14.571</u>
	<u>244.962</u>	<u>297.569</u>
	<u>308.776</u>	<u>379.572</u>

a. Empréstimos e financiamentos

	<u>Moeda</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Taxa de juros</u>	<u>31/03/2023</u>	<u>31/03/2022</u>
Nota de crédito exportação (NCE)	R\$	10/2026	Juros de 1,15% a 2,20% a.a mais CDI	88.216	123.698
Carta de crédito exportação (CCE)	R\$	09/2026	Juros de 1,83% a 3,16% a.a mais CDI	28.534	40.430
Cédula de crédito bancário (CCB)	R\$	01/2027	Juros de 1,45% a 1,68% a.a mais CDI	15.401	29.882
Cédula de crédito bancário (CCB)	R\$	01/2027	Juros pré-fixados de 6,25% a.a	1.059	-
Finame	R\$	11/2028	Juros pré-fixados entre 2,5% a 5,5% a.a	2.326	3.236
Finame	R\$	12/2028	Juros de 4,71% a 4,76% a.a. + TLP	1.936	2.229
Custeio	R\$	06/2025	Juros pré-fixados de 6% a.a.	2.948	3.931
Cédula de Produtor Rural (CPR-F)	R\$	01/2027	Juros de 1,51% a 2,33% a.a mais CDI	39.294	51.773
Certificado de recebíveis do agronegócio (CRA) (i)	R\$	07/2028	Juros de 2,47% a.a. mais CDI	<u>114.541</u>	<u>109.822</u>
				294.255	365.001
Circulante				<u>(63.814)</u>	<u>(82.003)</u>
Não circulante				<u>230.441</u>	<u>282.998</u>

- (i) Certificado de recebíveis do agronegócio (CRA) está totalmente atrelado a IPCA + 6,2932% a.a. A operação está indexada a DI+ 2,47% a.a. via contrato de Swap.

As parcelas classificadas no passivo não circulante têm o seguinte cronograma de pagamento:

Safra	31/03/2023	31/03/2022
2023/2024	-	58.677
2024/2025	45.214	44.881
2025/2026	74.187	70.808
2026/2027	59.890	64.443
2027/2028 a 2030/2031	<u>51.150</u>	<u>44.189</u>
	<u>230.441</u>	<u>282.998</u>

A Companhia possui algumas obrigações contratuais em vigor (“*covenants*”) decorrentes dos financiamentos como limites de endividamento, geração de caixa, performance financeira e outros.

Garantias

Para os empréstimos tomados pela Companhia são concedidos como garantias aval de Companhias coligadas e controladas e os bens adquiridos com os recursos.

b. Financiamentos Cooperativa

Correspondem a recursos repassados pela Cooperativa, com a seguinte composição.

	31/03/2023	31/03/2022
Repasso de recursos (Selic)	8.624	8.627
Adiantamentos - Copersucar - Sem correção	5.897	5.944
	14.521	14.571

21 Passivo de arrendamento e direito de uso

Os resultados apurados relativos ao direito de uso e passivo de arrendamento, os prazos contratuais e taxas incrementais de desconto utilizadas, estão adiante descritos:

Ativo de direito de uso

A movimentação de saldos do ativo de direito de uso é evidenciada abaixo:

	31/03/2023	31/03/2022
Saldos iniciais	74.136	54.261
Ajuste por remensuração	2.514	28.915
Despesa de depreciação	(14.822)	(9.040)
Saldos finais	61.828	74.136

Passivos de arrendamento

As movimentações dos saldos dos passivos de arrendamento são apresentadas no quadro abaixo:

	31/03/2023	31/03/2022
Saldos iniciais	68.434	53.013
Ajuste por remensuração	2.514	28.915
Pagamentos	(16.747)	(14.655)
Juros provisionados	1.459	1.161
Saldos finais	55.660	68.434
Circulante	(15.032)	(15.141)
Não circulante	40.628	53.293

Divulgações adicionais

A Companhia estimou as taxas de desconto, com base nas taxas de juros livres de risco observadas no mercado brasileiro, para os prazos de seus contratos. A tabela abaixo evidencia as taxas praticadas levando em consideração os prazos dos contratos.

Contratos por prazo e taxas de desconto

02 anos	5,14%
03 anos	5,37%
04 anos	5,56%
05 anos	5,79%

A Companhia apresenta, no quadro abaixo, a análise de seus contratos com base nas datas de vencimento. Os valores estão apresentados com base nas prestações não descontadas:

Maturidade dos contratos

Ano safra	31/03/2023	31/03/2022
Safra 2022/2023	-	15.141
Safra 2023/2024	15.032	15.141
Safra 2024/2025	15.000	15.109
Safra 2025/2026	15.000	15.109
Safra 2026/2027 em diante	<u>15.125</u>	<u>15.235</u>
Valores não descontados	60.157	75.735
Ajuste a valor presente	<u>(4.497)</u>	<u>(7.301)</u>
Saldos finais	<u><u>55.660</u></u>	<u><u>68.434</u></u>

22 Demais passivos

	31/03/2023	31/03/2022
Dividendos a pagar	413	665
Adiantamento de clientes	6.562	4.780
Aquisição de ações da Companhia (i)	31.046	29.801
Outros	<u>3.345</u>	<u>2.706</u>
	<u><u>41.366</u></u>	<u><u>37.952</u></u>
Circulante	(13.749)	(11.152)
Não circulante	27.617	26.800

- (i) Aquisição de ações de acionistas: Por se tratar de instrumentos patrimoniais próprios que são readquiridos, as ações em tesouraria são reconhecidas ao custo de aquisição e reconhecidos em conta redutora do Patrimônio Líquido.

Nenhum ganho ou perda é reconhecido na demonstração do resultado na compra, venda, emissão ou cancelamento de instrumentos patrimoniais próprios da Companhia.

Em conexão com a “Política de Aquisição de Ações de Acionistas da Usina Santo Antônio S/A e Usina São Francisco S/A – Grupo Econômico Balbo”, aprovada por acionistas em 01 de fevereiro de 2019, a Companhia não adquiriu novas ações de acionistas (ações em tesouraria) no exercício findo em 31 de março de 2023 (em 2022, adquiriu ações no montante de R\$ 20.985), cujo saldo a pagar será liquidado até 2031. Novas transações poderão ocorrer no futuro à medida que haja interesse dos acionistas em vender suas ações para a Companhia nos termos definido na política de compra.

23 Provisão para contingências

	31/03/2023	31/03/2022
Trabalhistas	1.328	1.328
Tributárias (i)	<u>61.284</u>	<u>41.209</u>
	<u><u>62.612</u></u>	<u><u>42.537</u></u>

(i) Refere-se a provisão para contingências de natureza tributária relacionada aos depósitos judiciais sobre verba indenizatória recebida (IAA - nota 3.16 – Ativo contingente) - nota 14.

	Trabalhistas	Tributárias	Total
Em 31 de março de 2021	<u>1.328</u>	<u>27.722</u>	<u>29.050</u>
Constituição de provisão	<u>-</u>	<u>13.487</u>	<u>13.487</u>
Em 31 de março de 2022	<u>1.328</u>	<u>41.209</u>	<u>42.537</u>
Constituição de provisão	<u>-</u>	<u>20.075</u>	<u>20.075</u>
Em 31 de março de 2023	<u>1.328</u>	<u>61.284</u>	<u>62.612</u>

Passivos contingentes

Existem contingências passivas tributárias, cíveis, ambientais e trabalhistas avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível sem mensuração com suficiente segurança, para os quais nenhuma provisão foi constituída tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização. Seguem os valores das contingências que foram consideradas pelos assessores jurídicos como possível o risco de perda:

	Trabalhistas	Tributárias / Previdenciárias	Cíveis	Ambientais	Total
Saldos em 31 de março de 2022	<u>5.130</u>	<u>62.510</u>	<u>42</u>	<u>5.104</u>	<u>72.786</u>
Saldos em 31 de março de 2023	<u><u>5.785</u></u>	<u><u>46.426</u></u>	<u><u>42</u></u>	<u><u>5.209</u></u>	<u><u>57.462</u></u>

24 Instrumentos financeiros

Gerenciamento de risco financeiro

Visão geral

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos acima, os objetivos da Companhia, políticas e processos de mensuração e gerenciamento de risco e gerenciamento do capital da Companhia.

Estrutura de gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos nos quais a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites impostos. As políticas de risco e os sistemas são revistos regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia por meio de treinamento, procedimentos de gestão e procedimentos busca desenvolver um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros conforme apresentado abaixo. A gestão do risco de crédito da Companhia em relação a clientes, no que pertence ao negócio açúcar e etanol convencional é centrada no relacionamento formalizado com suas controladas e com a Cooperativa. Para os negócios de açúcar e etanol orgânico, levedura e energia elétrica, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de seus clientes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente da carteira em aberto.

De forma geral, os direcionamentos dos negócios são tratados em reuniões da alta direção para tomadas de decisões, acompanhamento dos resultados e adequações das estratégias estabelecidas, visando manter os resultados esperados.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

Ativos	Nota	31/03/2023	31/03/2022
Caixa e equivalentes de caixa	6	130.581	208.120
Títulos de capitalização		598	600
Contas a receber - Clientes	7	64.197	63.059
Contas a receber - Cooperativa	8	33.179	33.794
Demais ativos	13	22.240	22.857
Depósitos judiciais	14	65.382	45.262
		<u>316.177</u>	<u>373.692</u>

Os saldos apresentados acima não apresentam uma concentração significativa que possam deixar o risco de crédito significativo.

Os saldos de Caixa e equivalentes de caixa são mantidos em instituições financeiras de primeira linha, conforme demonstrado na Nota 6.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir que sempre haja a liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia trabalha alinhando disponibilidade e geração de recursos de modo a cumprir suas obrigações nos prazos acordados.

A seguir, estão as maturidades contratuais de ativos e passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida.

	31/03/2023			
	Até 12 meses	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Mais que 5 anos
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	130.581	-	-	-
Títulos de capitalização	598	-	-	-
Contas a receber - Clientes	64.197	-	-	-
Contas a receber - Cooperativa	14.653	18.526	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	6.010	-	-	-
Demais ativos	763	21.477	-	-
Depósitos judiciais	-	-	-	65.382
	<u>216.802</u>	<u>40.003</u>	<u>-</u>	<u>65.382</u>
Passivos				
Fornecedores	43.370	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	149.064	127.504	117.200	-
Financiamentos - Cooperativa	-	14.521	-	-
Passivos de arrendamento	15.032	15.000	25.628	-
Instrumentos financeiros derivativos	2.826	-	-	-
Demais passivos	7.187	16.121	10.433	7.625
	<u>217.479</u>	<u>173.146</u>	<u>153.261</u>	<u>7.625</u>
31/03/2022				
	Até 12 meses	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Mais que 5 anos
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	208.120	-	-	-
Títulos de capitalização	600	-	-	-
Contas a receber - Clientes	63.059	-	-	-
Contas a receber - Cooperativa	19.438	14.356	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	517	-	-	-
Demais ativos	2.754	20.103	-	-
Depósitos judiciais	-	-	-	45.262
	<u>294.488</u>	<u>34.459</u>	<u>-</u>	<u>45.262</u>
Passivos				
Fornecedores	47.467	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	116.438	208.873	149.621	-
Financiamentos - Cooperativa	-	14.571	-	-
Passivos de arrendamento	15.141	15.141	38.152	-
Instrumentos financeiros derivativos	2.877	-	-	-
Demais passivos	6.372	7.996	10.997	7.807
	<u>188.295</u>	<u>246.581</u>	<u>198.770</u>	<u>7.807</u>

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia, possam ocorrer mais cedo ou em montantes significativamente diferentes.

Os saldos passivos de curto prazo serão liquidados com os saldos ativos de curto prazo e pela geração de caixa da Companhia durante o exercício.

Classificação dos instrumentos financeiros

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas na demonstração financeira da Companhia, conforme quadros abaixo:

	<u>31/03/2023</u>	
	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado
Ativos		
Caixa e equivalentes de caixa	130.581	-
Títulos de capitalização	598	-
Contas a receber - Clientes	64.197	-
Contas a receber - Cooperativa	33.179	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	6.010
Demais ativos	22.240	-
Depósitos judiciais	65.382	-
Total	<u>316.177</u>	<u>6.010</u>
Passivos		
Fornecedores	43.370	-
Empréstimos e financiamentos	294.255	-
Financiamentos - Cooperativa	14.521	-
Passivos de arrendamento	55.660	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	2.826
Demais passivos	34.804	-
Total	<u>442.610</u>	<u>1.247</u>
	<u>31/03/2022</u>	
	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado
Ativos		
Caixa e equivalentes de caixa	208.120	-
Títulos de capitalização	600	-
Contas a receber - Clientes	63.059	-
Contas a receber - Cooperativa	33.794	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	517
Demais ativos	22.857	-
Depósitos judiciais	45.262	-
Total	<u>373.692</u>	<u>517</u>
Passivos		
Fornecedores	47.467	-
Empréstimos e financiamentos	365.001	-
Financiamentos - Cooperativa	14.571	-
Passivos de arrendamento	68.434	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	2.877
Demais passivos	33.172	-
Total	<u>528.646</u>	<u>2.877</u>

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco em que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

a. Risco de volatilidade no preço de seus produtos

A Companhia está exposta ao risco de mudanças nos preços de seus produtos fabricados, como açúcar, açúcar orgânico, etanol e etanol orgânico. Em relação ao açúcar orgânico, em parte dos recebimentos, opera com hedge de proteção cambial para o mercado externo. Em relação a commodities de açúcar, objetivando a proteção do preço em condições favoráveis de mercado, a Companhia já pré-fixou o equivalente 51% da estimativa de produção da safra 23/24. Em relação à Safra 24/25, a Companhia não realizou fixações e, mantém o constante monitoramento das variações de preços que estão ocorrendo no mercado interno e externo para eventual proteção do valor de seu produto. No mercado interno não temos histórico de perda dos preços praticados. Em relação ao etanol, vem acompanhando os preços no mercado interno e projeta sua recuperação ao longo da safra 23/24. Em relação ao etanol orgânico, há uma demanda identificada e contratada, aliado ao monitoramento de aumento da demanda de álcool orgânico no mercado externo.

b. Risco de taxa de juros e análise de sensibilidade

A Companhia está exposta a risco de taxa de juros pós-fixadas, tanto para suas aplicações financeiras como para suas operações de empréstimos e financiamentos.

O valor contábil dos ativos e passivos financeiros representam a exposição máxima do risco de taxa de juros. A exposição máxima do risco de taxa de juros, na modalidade CDI, na data das demonstrações financeiras são:

	Nota	31/03/2023	31/03/2022
Ativo			
Aplicações financeiras	6	125.725	207.688
Passivo			
Empréstimos e financiamentos	20	285.985	355.604

O cenário provável adotado pela administração reflete as projeções de mercado do CDI para o próximo exercício, ou seja, 12,90% a.a. A fonte de informação utilizada foi a BM&F Bovespa.

Para os cenários I e II das aplicações financeiras foram consideradas uma redução de 25% e 50% respectivamente sobre as taxas utilizadas para o cenário provável. A tabela abaixo demonstra os eventuais impactos no resultado, considerados para os cenários provável, I e II:

Instrumentos financeiros ativos	Risco	Exposição	Provável	I	II
Aplicações financeiras	variação CDI	125.725	16.219	12.164	8.109

Para os cenários I e II dos empréstimos e financiamentos foram considerados um aumento de 25% e 50% respectivamente sobre as taxas utilizadas para o cenário provável. A tabela abaixo demonstra os eventuais impactos no resultado, considerados para os cenários provável, I e II:

Instrumentos financeiros passivos	Risco	Exposição	Provável	I	II
Empréstimos e financiamentos	variação CDI	285.985	36.892	46.115	55.338

Em 31 de março de 2023, o valor de referência (*notional*) dos contratos de *swap* de taxa de juros e *hedge accounting* correspondiam a R\$ 16.944 (R\$ 144.328 em 31 de março de 2022).

Os instrumentos financeiros derivativos (*swaps*) contratados têm o objetivo exclusivo de proteção econômica e financeira contra variações cambiais e taxa Libor convertendo esta exposição para R\$ e CDI flutuante e, troca da exposição de taxa pré-fixada para taxa CDI flutuante mais spread. Além desta proteção, essa estrutura permite uma otimização do custo de captação.

Em 31 de março de 2023, os valores de referência dos instrumentos derivativos de *swaps* e *hedge accounting* correspondiam a um direito de R\$ 6.010 e uma obrigação de R\$ 2.826 (em 31 de março de 2022 correspondiam a um direito de R\$ 517 e uma obrigação de R\$ 2.877). Logo, o valor de referência líquido dos contratos de empréstimos que possuem instrumentos de *swaps* e *hedge accounting* vinculados correspondia, em 31 de março de 2023, ao valor de R\$ 13.760 (em 31 de março de 2022 correspondia a R\$ 146.688).

Para os *hedges* de câmbio referente a exportação de açúcar orgânico, os instrumentos financeiros derivativos foram designados como proteção de fluxos de caixa das vendas futuras em moeda estrangeira. Estes *hedges* são contratados mediante contratação de “Termos de Moeda” (NDFs).

	31/03/2023		31/03/2022	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Contratos <i>SWAP</i> (i)	-	2.826	-	2.877
<i>SWAP - Hedge Accounting</i> (ii)	6.010	-	517	-
	6.010	2.826	517	2.877

- (i) Considera o total dos *SWAPs* - dólar para reais e taxa pré para pós.
- (ii) A Companhia optou pela utilização da contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) de valor justo para a contabilização de parte de seus instrumentos financeiros derivativos. O objeto do *hedge* eleito para designação é uma captação realizada através da emissão de uma debênture ao custo indexado ao IPCA, onde, a Companhia optou pela contratação de um *SWAP*, substituindo o IPCA pelo CDI. Para a utilização do *hedge accounting*, foram realizados testes prospectivos e retrospectivos de eficácia que demonstraram que os instrumentos designados para *hedge* proporcionam uma compensação altamente eficaz aos efeitos de variações das taxas de juros, ou seja, variação entre o IPCA e CDI.

O resultado apurado com os instrumentos financeiros derivativos e contratos de *swaps*, durante o exercício foi uma despesa de R\$ 3.526 (em 31 de março de 2022 correspondia a uma despesa de R\$ 8.449) – Nota 31.

Perfil

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Companhia era:

	31/03/2023	31/03/2022
Instrumentos de taxa fixa		
Passivos financeiros	5.275	7.167
Instrumentos de taxa variável		
Ativos financeiros	126.324	208.288
Passivos financeiros	296.545	366.460

Gerenciamento do capital

A política da Diretoria é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio.

A Diretoria monitora os retornos sobre capital com base no índice de alavancagem financeira, que a Companhia define como resultados de atividades operacionais divididos pelo capital total.

A diretoria também monitora o nível de dividendos para acionistas considerando a posição do endividamento líquido da empresa.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de março de 2023 e 2022 podem ser assim sumarizados:

	31/03/2023	31/03/2022
(+) Empréstimos e financiamentos	308.776	379.572
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(130.581)	(208.120)
(+/-) Instrumentos financeiros derivativos	(3.184)	2.360
	<u>175.011</u>	<u>173.812</u>
(=) Dívida líquida (A)		
Total do patrimônio líquido (B)	<u>628.832</u>	<u>537.425</u>
Total do capital (A + B)	<u>803.843</u>	<u>711.237</u>
Índice de alavancagem financeira - % (A) / (A + B)	22	24

Classificações contábeis e valores justos

Valor justo versus valor contábil

Para todas as operações apresentadas como ativos e passivos financeiros, a administração da Companhia considera que o valor justo se equipara ao valor contábil, não gerando grandes oscilações entre eles.

Hierarquia de valor justo

Os instrumentos financeiros registrados pelo valor justo utilizam um método de avaliação classificado em três níveis.

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos
- **Nível 2** - *Inputs*, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- **Nível 3** - *Inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia mantém instrumentos financeiros derivativos registrados pelo valor justo em suas demonstrações financeiras. As operações consistem em *swaps* de taxa de juros e variação cambial classificadas como nível 2 na hierarquia de valor justo. Veja Nota 4 (iii). E mantém o ativo biológico classificado como nível 3 na hierarquia de valor justo. Veja Nota 4 (i).

Impairment de ativos financeiros

Todos os ativos financeiros da Companhia, com exceção dos ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis, não apresentam indicadores de perda do valor recuperável.

Garantias

Para os empréstimos tomados pela Companhia são concedidos como garantias aval de Companhias coligadas e controladas e os bens adquiridos com os recursos.

25 Partes relacionadas

a. Remuneração do pessoal-chave da administração

O pessoal-chave da administração da Companhia é composto pela Diretoria eleita por ocasião da Assembleia Geral Ordinária com mandato de três anos. O montante referente à remuneração do pessoal-chave da administração durante o exercício a título de benefícios de curto prazo foi de R\$ 8.043 (R\$ 7.316 em 31 de março de 2022). A Companhia não concede ao pessoal chave da administração benefícios com características de longo prazo.

b. Outras operações com partes relacionadas

As operações com partes relacionadas compreendem em transações financeiras, adiantamentos para futuro aumento de capital, compra de ações entre as empresas relacionadas e compra e venda de produtos, como cana-de-açúcar e outros, realizadas em condições específicas definidas em contrato entre as partes.

	31/03/2023	31/03/2022
Ativo circulante		
Contas a receber		
Native Produtos Orgânicos Comercial Importadora e Exportadora Ltda.	1.669	1.481
Usina Santo Antônio S.A.	3	47
Usina Uberaba S.A.	43	28
Adiantamento a fornecedores de cana		
Agropecuária Iracema Ltda.	-	2.597
Dividendos a receber	-	
Agropecuária Iracema Ltda.	-	1.521
Usina Uberaba S.A.	250	434
	<u>1.965</u>	<u>6.108</u>
Ativo não circulante		
Outras contas a receber		
Native Produtos Orgânicos Com. Imp. Exp. Ltda	601	601
Dividendos a receber		
Vicenza Empreendimentos Imobiliários Ltda.	13.954	13.001
Vila Sicília Empreendimentos Imobiliários Ltda.	6.921	6.500
Adiantamento para futuro aumento de capital		
PHB Industrial S.A.	588	2.563
	<u>22.064</u>	<u>22.665</u>

	31/03/2023	31/03/2022
Passivo circulante		
Fornecimento de cana		
Usina Santo Antônio S.A.	14.887	14.350
Agropecuária Iracema Ltda.	3.055	-
Adiantamento para futuro aumento de capital		
Acionistas	613	613
Aquisição de ações em tesouraria		
Acionistas	3.843	3.666
Dividendos a pagar		
Dividendos a pagar	413	665
	<u>22.811</u>	<u>19.294</u>
Passivo não circulante		
Aquisição de ações em tesouraria		
Acionistas	27.203	26.135
	<u>27.203</u>	<u>26.135</u>
	31/03/2023	31/03/2022
Vendas de bens, serviços, cana-de-açúcar, bagaço de cana e outros		
Usina Santo Antônio S.A.	7.937	12.640
Native Produtos Orgânicos Comercial Importadora e Exportadora Ltda.	41	41
Usina Uberaba S.A.	682	366
	<u>8.660</u>	<u>13.047</u>
Compra de bens, serviços, cana-de-açúcar, bagaço de cana e outros		
Usina Santo Antônio S.A.	69.172	103.709
Agropecuária Iracema Ltda	3.857	4.024
Usina Uberaba S.A.	125	104
Cana-de-açúcar partes relacionadas	26.778	26.611
	<u>99.932</u>	<u>134.448</u>

c. Contrato de fornecimento

- (i) A Companhia possui contrato de exclusividade de fornecimento de açúcar e etanol convencionais junto a Cooperativa, pelo prazo de 3 anos safras, sendo o contrato renovado a cada safra.
- (ii) A Companhia também é interveniente garantidora das operações de venda de açúcar e etanol correspondentes ao contrato firmado pela Cooperativa junto a Copersucar S.A., o qual tem caráter de exclusividade, assegurando diretamente e indiretamente, benefícios e vantagens financeiras e mercadológicas. Os fatores de risco de preço desse contrato são os indicadores CEPEA/ESALQ para os mercados interno e externo.

Vide demais operações com a parte relacionada Cooperativa nas notas 30 e 31.

d. Avais, fianças e garantias

A Companhia é avalista dos contratos de empréstimos da Usina Santo Antônio S.A. e Usina Uberaba S.A.

26 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de março de 2023 e 2022, o capital social está representado por 1.142.235 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Em 29 de julho de 2022 foi proposto e aprovado o aumento de capital social da Companhia no valor de R\$ 83.410, decorrente de deliberação assemblear.

Em 30 de julho de 2021 foi proposto e aprovado o aumento de capital social da Companhia no valor de R\$ 82.774, decorrente de deliberação assemblear.

b. Ações em tesouraria

Durante o exercício encerrado em 31 de março de 2023 não houve aquisição de ações de acionistas, de acordo com a “Política de Aquisição de Ações de Acionistas da Usina Santo Antônio S/A. e Usina São Francisco S/A – Grupo Econômico Balbo”. Até 31 de março de 2022 haviam sido adquiridas 69.570 ações da Companhia. (nota 22)

c. Reservas

(i) Reserva legal

É constituída a razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº. 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

(ii) Reserva de lucros para aquisição de ações

Constituída com o objetivo de formação de valor para utilização em eventual compra de ações de acionistas da sociedade, em conexão com a “Política de Aquisição de Ações de Acionistas da Usina Santo Antônio S/A. e Usina São Francisco S/A – Grupo Econômico Balbo”, aprovada por acionistas em 01 de fevereiro de 2019. Durante o exercício encerrado em 31 de março de 2023 foi feita a reserva de lucros para aquisição de ações no montante de R\$ 37.377 (2022 - R\$ 28.859). (nota 22)

(iii) Reserva reflexa de investida

Subvenções Governamentais relativas ao ICMS incidente sobre as vendas da investida Usina Uberaba S.A.

d. Dividendos e distribuição dos lucros acumulados

Os acionistas têm direito a um dividendo obrigatório de 0,5% sobre o lucro líquido do exercício, ajustado conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações.

Em assembleia dos acionistas realizada em 29 de julho de 2022 foi deliberada distribuição de dividendos no montante de R\$ 4.835 e na assembleia em 30 de julho de 2021, R\$ 1.700.

A distribuição proposta pela administração para os lucros acumulados está determinada como segue:

	31/03/2023	31/03/2022
Base de cálculo - representada pelo lucro líquido do exercício	82.605	132.934
(-) Reserva legal – 5%	(4.130)	(6.647)
(-) Dividendos obrigatórios – 0,5%	(413)	(665)
Lucros à disposição da Assembleia Geral	78.062	125.622

O resultado do exercício em 31 de março de 2023, após destinações legais, apresentado na rubrica “Lucro a deliberar”, serão deliberados por ocasião da Assembleia Geral Ordinária aos acionistas a ser realizada no prazo previsto na legislação.

27 Receita operacional

As receitas operacionais da Companhia são compostas pela venda de açúcar, etanol, derivados de levedura para o mercado interno e externo e cana-de-açúcar.

Abaixo é reproduzida a conciliação entre as receitas brutas para fins fiscais e as receitas apresentadas na demonstração de resultado do exercício:

	31/03/2023	31/03/2022
Açúcar Orgânico	254.629	265.780
Açúcar	46.179	57.061
Etanol Orgânico	80.832	61.443
Etanol	124.021	153.486
CBIOS	5.353	2.396
Outros produtos orgânicos	37.668	31.777
Energia elétrica	20.079	18.366
Outras vendas	7.329	8.195
Serviços prestados	6.104	7.699
Receita bruta	582.194	606.204
(-) Impostos sobre vendas	(52.314)	(62.391)
(-) Devoluções e abatimentos	(5.004)	(3.482)
	524.876	540.331

28 Custos de produção

O custo de produção da Companhia é composto substancialmente por matéria prima (cana-de-açúcar), depreciação de máquinas e equipamentos e da lavoura, amortização de tratores culturais e de manutenção entressafra, mão de obra, serviços de terceiros, combustíveis, lubrificantes, materiais de manutenção e de embalagem, as quais, em conjunto, perfazem aproximadamente 96% do total do custo de produção dos produtos acabados da Companhia.

29 Despesas operacionais por natureza

	31/03/2023	31/03/2022
Despesa com pessoal	(30.926)	(27.668)
Depreciação e amortização	(527)	(407)
Despesa com comercialização	(44.708)	(41.163)
Serviços prestados por terceiros	(5.133)	(7.292)
Despesas gerais Cooperativa	(4.567)	(2.835)
ICMS Subst. Tributária e outras operações	(5.746)	(4.366)
Outras despesas	(7.435)	(6.423)
	<u>(99.043)</u>	<u>(90.154)</u>
Reconciliação com as despesas operacionais classificadas por função:		
Vendas	(70.276)	(62.698)
Administrativas e gerais	(28.767)	(27.456)
	<u>(99.043)</u>	<u>(90.154)</u>

30 Outras receitas operacionais, líquidas

	31/03/2023	31/03/2022
Outras receitas operacionais		
Valor recebido na alienação de ativo imobilizado	526	115
Receita verba indenizatória (Nota 3.16)	50.495	44.071
Dividendos (i)	85	2.389
Ganho por variação patrimonial em investida	5.966	10.135
Receita crédito outorgado ICMS	7.783	-
Outras receitas operacionais	741	738
	<u>65.596</u>	<u>57.448</u>
Outras despesas operacionais		
Custo na alienação de imobilizado	(75)	(21)
Provisões e despesas sobre verba indenizatória (Nota 3.16)	(9.858)	(8.611)
Outras despesas operacionais - Cooperativa	(2.248)	(1.571)
Outras despesas operacionais	(606)	(1.995)
	<u>(12.787)</u>	<u>(12.198)</u>
	<u>52.809</u>	<u>45.250</u>

- (i) Em 31 de março de 2022 se refere substancialmente à dividendos da investida Copersucar S.A no montante de R\$ 2.322, sendo que R\$ 323 em recebimento financeiro e R\$ 1.999 utilizado para aumento de capital social. Houve recebimento financeiro de dividendos no montante de R\$ 44 da investida CTC - Centro Tecnologia Canavieira S.A. e R\$ 16 da investida União São Paulo.

31 Despesas financeiras e cambiais, líquidas

	31/03/2023	31/03/2022
Receitas financeiras		
Operações Cooperativa – PN 66	429	61
Juros aplicações financeiras	16.206	9.199
Juros demais operações e outros	854	424
	17.489	9.684
Despesas financeiras		
Operações Cooperativa – PN 66	(710)	(452)
Juros apropriados sobre financiamentos	(39.681)	(31.484)
Juros passivos de arrendamento	(1.460)	(1.161)
Atualização de aquisição de ações	(2.840)	(3.445)
Descontos concedidos e outros	(7.441)	(9.678)
Resultado negativo com instrumentos derivativos	(3.526)	(8.449)
	(55.659)	(54.669)
Variação cambial		
Variação cambial, líquida	1.419	(1.143)
	(36.751)	(46.128)

32 Compromissos

A Companhia estabelece compromissos diversos no curso normal de suas atividades. Abaixo estão aqueles que merecem destaque:

Compromisso de venda

Na data das demonstrações financeiras a Companhia tem o compromisso de comercialização para safras futuras, de açúcar, etanol e energia elétrica.

Compras de insumos

A Companhia constantemente celebra contratos de compra para aquisição de insumos agrícolas com o objetivo de garantir a entrega destes para utilização na manutenção de sua lavoura ao longo da safra. Referida operação geralmente é realizada por meio de compra para entrega futura.

Compras de cana-de-açúcar

A Companhia possui diversos compromissos de compra de cana-de-açúcar com terceiros para garantir parte de sua produção para os próximos períodos de colheita. A quantidade de cana-de-açúcar a ser adquirida é calculada com base em uma estimativa de colheita de cana-de-açúcar por área geográfica. A quantia a ser paga pela Companhia será determinada para cada período de colheita ao término de tal período de colheita de acordo com a sistemática de pagamento da cana-de-açúcar adotado pela CONSECANA.

33 Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Em 31 de março de 2023 a cobertura de seguros contra riscos operacionais era demonstrada conforme abaixo:

Riscos cobertos	Cobertura máxima (i)
Equipamentos	250.000
Estoques de produtos orgânicos	250.000
Estoque de etanol em poder da Cooperativa	64.287
Estoque de açúcar em poder da Cooperativa	27.380
Recall	5.000
D & O	35.000
Responsabilidade Civil Geral	5.000

- (i) Correspondente ao valor máximo das coberturas para diversos bens e localidades seguradas. A cobertura máxima é compartilhada entre a Companhia, a Usina Santo Antônio S.A. e a Usina Uberaba S.A.